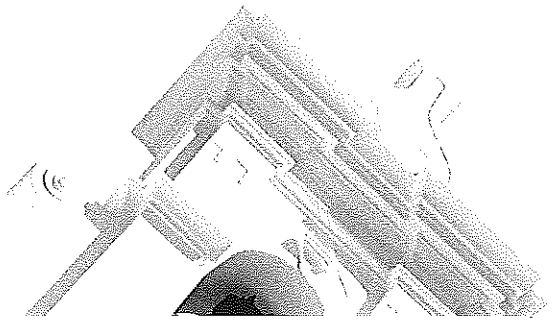

município tavira

Ata nº 3 19 de junho de 2014

ATA NÚMERO TRÊS

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E CATORZE

----Aos dezanove dias do mês de junho do ano dois mil e catorze reuniram, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1.Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal;

2.Apreciação do Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2013 da TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.;

3.Apreciação do Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2013 da Munícipia, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.;

4.Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 87/2014/CM, referente à Atribuição de apoios às freguesias de Santa Luzia, Conceição e Cabanas de Tavira, no âmbito das festas tradicionais de verão;

5.Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 89/2014/CM, referente à composição do Conselho Local de Educação e designação de um representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho;

6.Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 90/2014/CM, referente à Atribuição de Medalhas Municipais de Mérito e de Bons Serviços e Dedicação;

7.Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 99/2014/CM, referente à Aquisição de energia elétrica em regime de mercado liberalizado para as instalações elétricas municipais com contratos de energia em Baixa Tensão Normal (BTN) e Baixa Tensão Normal de Iluminação Pública (BTN-IP) - Aprovação de abertura de procedimento e despesas plurianuais;

8.Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 100/2014/CM, referente à 7-Emp/14 - Obras de Conservação da Ermida de São Roque - Assunção de compromisso plurianual.

----O Presidente da Assembleia Municipal, José Otílio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e catorze minutos.

----Para dar início à sessão referiu que pretendia recordar o público que, de acordo com o novo regimento da Assembleia Municipal, o período de intervenção estava pendente de inscrição prévia na mesa da Assembleia, pelo que, se algum dos presentes pretendesse usar da palavra em altura a decidir pela mesa, deveria preencher a ficha de inscrição que iria ser distribuída pelo secretariado.

----Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os membros Anabela Lourenço Fernandes dos Santos, Antero Arcanjo Mendes Romeira, Artur António Guerreiro Sanina, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Dinis Manuel da Palma Faísca, Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes, Hugo Daniel Santos Gomes, João Afonso Cunha Rego de Carvalho, João Eduardo da Silva Trindade, João Manuel Fonseca Martins, Jorge Francisco Silva, José Alberto Godinho Correia, José Epifânio Martins da Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otílio Pires Baia, Leonardo António Gonçalves Martins, Maria Helena Correia Bartolomeu Silva, Maria João Teixeira Dias Anjos, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Maria Otília Martins Cardeira, Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso, Muriel Cristina Dias, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Ricardina Pereira Alcaíde Jesus e Sílvia Alexandra Sanches Soares.

----O Segundo Secretário, Jean Pierre Patrick Rancher solicitou a substituição tendo sido substituído por Hugo Daniel Santos Gomes.

----Os membros Sílvio Edgar Assis Fernandes e Joaquim José Brandão Pires solicitaram a substituição tendo sido substituídos por Maria João Teixeira Dias Anjos e João Manuel Fonseca Martins, respetivamente.

----A Membro Cristela da Cruz Pereira Martins solicitou a substituição tendo sido substituída por Ana Graciete Mendes Coelho, substituída por Maria Helena Correia Bartolomeu Silva.

----O Membro José Liberto da Conceição Graça foi substituído por Jorge Francisco Silva.

----O Presidente da Assembleia informou que tendo a indicação de que o Segundo Secretário da Mesa, o Membro Jean Pierre Patrick Rancher não iria estar presente, por antecipação, tinha convidado a Membro Maria Helena Correia Bartolomeu Silva para fazer parte da mesa.

----Relativamente às reuniões de comissões apenas se tinha realizado desde a última Assembleia Municipal, a reunião alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, no passado dia trinta de maio, pelo que solicitava à Membro Ricardina Jesus que efetuasse um pequeno resumo do que tinha acontecido.

----A Membro Ricardina Jesus reforçou que a reunião alargada da CPCJ se tinha realizado no dia trinta de maio último onde tinha sido apresentado o novo representante da Fundação da Juventude, Sandra Gois, que tinha passado a integrar a modalidade alargada daquela Comissão. Tinha sido efetuada, por Maria João Anjos na qualidade de Coordenadora do Núcleo Local de Inserção de Tavira, uma

apresentação ampla e de elevada qualidade sobre as alterações do regime jurídico no RSI – Rendimento Social de Inserção que considerava ter sido do agrado dos presentes que tinham tido a oportunidade de esclarecer algumas questões.

----Os trabalhos tinham ainda contemplado um pequeno balanço relativamente ao Plano Local de Promoção e Proteção tendo sido divulgado resultado dos Grupos de Trabalho.

----Tinha sido realizada no Mercado da Ribeira, a entrega de prémios do concurso de texto e desenho *"Uma família"* que tinha sido promovido pela CPCJ de Tavira onde se tinha verificado a projeção de um pequeno filme sobre os trabalhos do concurso para que todos os membros da Comissão Alargada tivessem conhecimento.

----O Presidente da Assembleia referiu que de acordo com o novo Regimento, em tempo útil, tinha sido entregue uma moção do PS – Partido Socialista cujo título era *a "Prevenção e combate aos fogos florestais"*, que supunha todos tivessem recebido, mas solicitava ao representante da bancada do PS para fazer a sua apresentação do modo que considerasse mais conveniente.

----O Membro José Graça referiu que antes de proceder à apresentação da moção, em nome da bancada do PS, gostava de dirigir duas curtas mensagens de felicitações, ao Presidente da Assembleia Municipal pela sua reeleição enquanto Diretor do Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Correia e ao Presidente da Junta de Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estevão, Membro José Liberto Graça que não estava presente na Assembleia Municipal em virtude das novas funções que estava a assumir enquanto Delegado Regional da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias.

----Por outro lado, a bancada do PS gostava também de se congratular com a publicação em Diário da República da Declaração de Interesse Público do empreendimento Maravilha Farms que tinha sido alvo de votação na última Assembleia Municipal e que tinha merecido por parte do Governo através de despacho conjunto publicado pelos Ministérios da Economia, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Agricultura e do Mar, a Declaração de Interesse Público.

---Por fim, ainda antes da moção, referiu que também pretendiam manifestar a congratulação daquela Assembleia com o encerramento de um processo que tinha merecido, a atenção ao longo dos últimos dois anos e meio e que se relacionava com a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana e a estratégia de reabilitação urbana simples para a cidade de Tavira cujo documento também tinha sido apresentado na Assembleia anterior.

----Passando à apresentação da moção, dado que a mesma já tinha sido distribuída a todos os grupos, realçava apenas uma parte dos fundamentos da mesma que estava relacionada com um trabalho continuado por parte da Assembleia da República desde a ocorrência do grande incêndio de Catraia no ano de dois mil e doze.

----Na sequência da ação popular e do grupo de trabalho dos Grupos Parlamentares já tinham sido produzidas duas Resoluções da Assembleia da República, uma especificamente sobre o grande incêndio da Catraia e outra de âmbito mais genérico, concluída muito recentemente, e publicada em Diário da República no início do corrente mês de junho.

----Sublinhava que na última Resolução, aprovada por unanimidade na Assembleia da República, eram concretizadas um conjunto significativo de recomendações gerais, legislativas e operacionais que abrangiam os domínios do desenvolvimento de políticas de prevenção e combate aos incêndios florestais tanto no capítulo da prevenção e combate como também no sistema de proteção civil.

----Naquele contexto, o Grupo Parlamentar do PS da Assembleia Municipal de Tavira, propunha:

----"*...1. Manifestar o seu reconhecimento pelo empenho do grupo de trabalho para o acompanhamento da problemática dos incêndios florestais, nomeadamente pela dinamização dos processos de participação pública junto das entidades com intervenção neste domínio, e pelo caráter completo e transversal das recomendações apresentadas;*

----*2.Solicitar ao Ministério da Agricultura e do Mar informação atualizada sobre as iniciativas desenvolvidas desde 2012 no concelho de Tavira, na sequência da Resolução da Assembleia da República nº. 7/2013 de 31 de janeiro, nomeadamente em matéria de recuperação das áreas ardidas;*

----*3.Reforçar junto do Governo as recomendações relativas a um esforço crescente no capítulo da prevenção, em estreita articulação com as autarquias, organizações florestais e comunidades locais, valorizando os recursos naturais e melhorando as condições para a fixação de empresas e criação de emprego....*", ao que se seguiam os pontos habituais nas moções, de dar conhecimento às entidades e instituições nela previstas, bem como, fosse dada nota pública da deliberação que viesse a recair sobre a moção.

----A moção encontra-se anexa à presente ata como documento número um.

----O Membro Ângelo Filipe Silva Pereira entrou na sala pelas vinte e uma horas e vinte e um minutos.

----O Presidente da Assembleia passou à discussão da moção. Verificando não existirem intervenções colocou a mesma a votação. A moção "*Prevenção e Combate aos Fogos Florestais*" foi aprovada por unanimidade.

----Passou à apresentação de assuntos do período antes da Ordem do Dia, para o que solicitou a inscrições dos membros.

----A Membro Maria do Rosário Afonso informou que a questão que pretendia colocar era muito direcionada ao Presidente da Câmara. Embora fizesse parte do Conselho Económico da Igreja e na sequência da reunião que tinham tido com o Vereador João Pedro Rodrigues, o Padre Correia da Paróquia de Santo Estevão tinha-a encarregado de questionar sobre o que tinha sido decidido após a reunião pois não tinham recebido qualquer informação, pelo que gostavam de saber qual era o ponto de situação.

----O Presidente da Câmara respondeu que se tratava de um assunto que iriam cumprir. Tinha-se verificado um hiato temporal mas certamente que iriam conseguir cumprir ou fazer por cumprir o que, por acaso, não constava no contrato que tinha sido assinado, mas que era o propósito quando tinham procedido à cedência do terreno. O que estava em causa era a cedência de um terreno junto ao Largo de Santo Estevão que era propriedade da Paróquia e que tinha sido escriturado de uma determinada formulação, cujo teor tinha sido elaborado no mandato anterior quando ainda não era Presidente de Câmara. Tinham tido que estudar minuciosamente o que estava escrito, sendo que não correspondia ao conversado já que, pelo contrato, a Paróquia não teria quaisquer direitos, o que sabiam não ser verdadeiro por ter existido um acordo no sentido de que o terreno seria para transformar, sendo que a Câmara compensaria. Iam analisar a questão e, seguramente, iriam regularizar a situação, mas necessitavam de mais algum tempo para cumprir aquele desidrato conforme acordado e todos ficariam mais tranquilos. Entendiam a situação mas, para que tivessem uma ideia do que estavam a falar, como os próprios reconheciam, não se encontrava escrito no contrato que tinham analisado minuciosamente tendo verificado que os pressupostos do negócio não correspondiam ao acordado pela Instituição. Não tinha ainda resposta mas solicitava o favor da Membro transmitir ao Padre Correia que mantinham o propósito da conversa de modo a balizar a situação. _____

----A Membro Maria José Mestre dirigindo-se especialmente ao Presidente da Câmara, referiu que, como era do conhecimento público, a DocaPesca – Portos e Lotas SA. tinha emitido recentemente um aviso no sentido de que todos os proprietários de barcos e boias colocadas na Ria Formosa em frente à Vila de Cabanas tinham que ser retirados até ao dia trinta de junho. Aquele comunicado, até por ser algo lacónico, sucinto, tinha gerado muita polémica em Cabanas tendo, por consequência, o Executivo acompanhado do Presidente do Conselho de Administração da DocaPesca visitado Cabanas e conversado com as pessoas diligenciado no sentido de esclarecer a questão. Assim, o que pretendiam era esclarecimentos relativos ao ponto de situação e o que estava realmente previsto para o canal de Cabanas. _____

----O Presidente da Câmara agradeceu a questão e informou que, de facto, aquela tinha sido uma questão que não tinham pedido e que tinha lançado alguma confusão onde não existia e que devia ser esclarecida de imediato. Na prática, a questão traduzia-se no facto da DocaPesca ter emitido um documento, um edital que era o aviso número um, que resultava do propósito de disciplinar o estacionamento dos barcos no canal de Cabanas. O canal de Cabanas, anteriormente da responsabilidade do IPTM – Instituto Portuário de Transportes Marítimos, presentemente da DocaPesca que se estava a iniciar com funções de autoridade marítima, pretendia disciplinar de alguma forma todo aquele canal a fim de se deixarem de verificar situações como as atuais cuja anarquia era reinantes, tornando muito difíceis as condições de navegabilidade. Tinham emitido um documento cuja leitura fazia transparecer a ideia de que a partir do dia trinta do mês de junho

ninguém poderia estacionar os barcos, sendo que tal não fazia qualquer sentido pois não seria exigível que as pessoas, sem qualquer outra explicação e em tão curto prazo, tirassem os barcos. Assim, o aviso referido tinha originado grande tumulto na comunidade piscatória e na comunidade turística cujos barcos atracavam às poitas como os da Associação Náutica de Cabanas. _____

----Após a leitura do documento tinham concluído, no imediato, que aquela situação não poderia acontecer, porém a ideia era apenas a de proibir o estacionamento num canal de navegação que seria criado em Cabanas e não em todo o canal. Tinham ocorrido várias reuniões em que tanto ele próprio como os Vereadores João Pedro Rodrigues e José Manuel Guerreiro tinham participado estando todos envolvidos naquele processo que tinha resultado na emissão de um novo aviso, o aviso número três, pela DocaPesca e Policia Marítima, Autoridades Marítimas, que após negociação com a Associação Náutica de Cabanas, pescadores e Presidente da Junta de Freguesia, tinham sido informadas as coordenadas para a criação de um canal de circulação que substituía o atual rendilhado existente e que forçava as embarcações a se desviarem constantemente quer de barcos quer de boias. Iria pois, ficar delimitado com um conjunto de boias, marcadas ou georreferenciadas, sendo que a norte daquela linha ou do perímetro deixava de ser permitido atracar por ser o canal de navegação que se pretendia o mais reto possível e, a sul da linha ainda ficariam bastantes locais de atracagem sendo possível fazê-lo da mesma forma que presentemente, ou seja, nada concessionado, em regime livre, pelo menos no momento atual, já que a intenção da DocaPesca era apenas a de disciplinar e ordenar a área. Eventualmente poderiam vir a exigir o pagamento de uma ou outra taxa mas, seguramente, seria melhor para todos, pois passava a saber-se quem estava, quem mandava, quem licenciava, tornando-se inclusivamente mais agradável à vista, para que os turistas vissem o canal com alguma ordenação coisa que, presentemente, não existia. _____

----Assim, até ao dia trinta do corrente mês a questão ficaria resolvida, o aviso já tinha sido emitido tendo todos estado em grande atividade para, de alguma forma, regulamentar aquela área de Cabanas onde também iriam ter os comerciante que já se começavam a colocar no passadiço, o que deixaria de ser permitido, sendo que a Câmara estava a desenvolver um projeto com umas pequenas construções onde os comerciantes poderiam exercer a sua atividade marítimo-turística e vender fora do passadiço. Pretendiam criar um conjunto de situações por acordo dos interessados para que aquela zona de Cabanas, que tem muitas pessoas, parecesse muito mais ordenada, tendo os arquitetos da Câmara elaborado o projeto que, seguramente, já tinha sido apresentado aos comerciantes e a quem pudesse interessar e, parecia-lhe que não tinham existido reações, sendo que muito brevemente, todos estariam fora do passadiço e do cais de navegação, onde a Câmara tinham mandado colocar um corrimão, tal como em frente à Junta de Freguesia para que ninguém caísse dentro de água e que era também resultante de uma imposição da Policia Marítima. _____

----Aparentemente, com poucos recursos financeiros mas muito boa vontade, tinham ultrapassado a questão do aviso número um que tinha sido desastroso mas que tinha sido corrigido pelo aviso número três, um aviso compreensível para o propósito de criar no canal de Cabanas um canal de navegação e não a interdição de todo o canal. _____

----O Membro Artur Sanina referiu que, primeiramente, pretendia formular uma questão e, posteriormente, prestar duas informações._____

----A questão referia-se ao Jardim da Água localizado na Porta Nova. Tinha passado várias vezes pelo local e verificado ali um Jardim completamente abandonado, um quiosque fechado, jovens à hora do almoço a aproveitarem as cadeiras para se sentarem e comerem, e verificado que as próprias estruturas de água não estavam a funcionar. Assim, pretendia saber se a Câmara estava a pensar renovar aquele espaço e aproveitá-lo em condições que fossem louváveis._____

----Quanto às informações, a primeira era referente à situação da linha de Caminho de Ferro do Algarve que, utilizando o comboio, verificava que as pessoas continuavam a enfrentar os mesmos problemas de supressão de composição não obtendo quaisquer respostas sendo que a REFER – Rede Ferroviária Nacional se desculpava com a CP – Comboios de Portugal, a CP com a REFER, o que se traduzia num problema sobre o que não podia ficar indiferente, tendo solicitado tanto á CP como á REFER, uma reunião identificando-se como membro de uma força politica e da Assembleia Municipal de Tavira. Tinha recebido, naquele mesmo dia, a resposta da REFER em que o convocavam para uma reunião no dia vinte e sete seguinte a realizar nas instalações da REFER em Lisboa, com a presença de duas engenheiras e do Presidente. Na convocatória davam conta da existência uma delegação da REFER na zona central da linha do sul contudo, tinham marcado a reunião em Lisboa. Não pretendia deixar de estar presente pelo que iria fazer um esforço nesse sentido, sendo que se algum membro daquela Assembleia o pretendesse acompanhar, considerava que devia fazê-lo até porque pensava que as questões que fossem pertinentes deviam ser colocadas na reunião, pelo que agradecia que o auxiliassem naquele sentido. _____

----A segunda informação referia-se a um comunicado das Associações de Armadores e Pescadores do Sotavento Algarvio que lhe tinham solicitado a leitura na Assembleia Municipal. _____

----*"As Associações dos Armadores e Pescadores do Sotavento Algarvio manifestam ao Governo, não concordar e não aceitar a criação da área de produção aquícola de Tavira porque ocuparia a principal zona de pesca e causaria um desastre económico e social.* _____

----*Na posição tomada no âmbito da consulta pública sobre o despacho 4223/2014 que criou a APA - Área de Produção Aquícola de Tavira, as Associações consideram que o proposto é uma provocação e irresponsabilidade que poria em causa a sustentabilidade da pequena pesca local, artesanal e costeira, envolvendo cento e trinta embarcações, cerca de quatrocentos pescadores e três milhões de euros de pescado descarregado em lota, com milhares de pessoas afetadas, mas também o turismo seria*

prejudicado pela forte queda do bom peixe para os hotéis e restaurantes. Seriam severamente atingidas as localidades de Tavira, Santa Luzia, Cabanas, Monte Gordo, Altura, Manta Rota, Vila Real de Santo António, Fuzeta e Colatra. Esta posição justifica-se por si mesma e tendo ainda em conta a experiência negativa da APA da Armona, sempre muito contestada porque retirou aos pescadores a principal zona de capturas.

----*Não se aceita que o Governo não tenha corrigido este problema e já queira estar a criar outro contra a classe piscatória. Para defesa dos pescadores e evitar conflitos, os pescadores propuseram que a exploração aquícola fique mais distante da linha de costa, seis milhas em vez das quatro propostas e menor largura de duas milhas para uma.*

----*O documento enviado ao Governo foi assinado pela APTAV – Associação de Pescadores de Tavira, Armadores de Pesca do Sotavento Algarvio, a ASA – Pescadores de Pesca Artesanal do Baixo Monte Gordo, Olhão, Olhão Pesca, Pesca do Algarve e a ARA da Ilha da Colatra".*

----Concluiu, referindo que lhe tinham pedido para que lesse aquele comunicado na Assembleia de modo a que todos tomassem conhecimento da situação, que supunha, já fosse do conhecimento do Presidente da Câmara mas que pretendiam reforçar porque, realmente, as associações estavam preocupadas com aquela situação.

----O Membro Carlos Rodrigues mencionou que, primeiramente, pretendia agradecer ao Presidente da Câmara a colaboração e apoio que a Câmara tinha prestado à Junta de Freguesia de Santa Luzia quando da limpeza da Ria e das Praias, Terra Estreita e Barril, que eram duas praias contempladas com a bandeira azul e consideradas, recomendadas, de grau ouro.

----Agradecia também porque, finalmente, em parceria com a Câmara, estavam a tratar dos pinos na Avenida de Santa Luzia onde as pessoas caiam constantemente. Era o resultado de um bom entendimento entre a Junta de Freguesia e a Câmara, sendo que a Junta de Freguesia estava a executar a obra e a Câmara a ceder o material. Naquela obra estavam a trabalhar em equipa.

----Ainda agradecia à Câmara os apoios em alguns eventos que iam realizando na Freguesia de Santa Luzia, estando prestes a realizar o Folk'Fest que se tratava de uma homenagem a um grande homem de Santa Luzia que tinha sido o "*pai*" do folclore, o saudoso amigo Jorge Mistral, certamente conhecido por todos.

----Continuou questionando o Presidente da Câmara sobre a razão das situações que passava a relatar. Em meados de março do corrente ano, tinha solicitado ao Presidente da Câmara uma reunião pois tinha assuntos da Freguesia de Santa Luzia que tinham que ser tratados conjuntamente. Questionava a razão porque passados três meses o Presidente da Câmara ainda não lhe tivesse respondido, nem que fosse para aguardar mais algum tempo. Em quatro anos com o atual Presidente da Câmara, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia nunca tinha ficado em lista de espera, o que acontecia no presente. Sabia que tal não acontecia com os restantes Presidentes de Junta, pelo que gostava de

saber a razão, até porque na anterior Assembleia Municipal realizada em vinte e sete de dezembro do ano de dois mil e treze, tinha ali expressado um sentimento, possivelmente algo duro, ao referir que Santa Luzia provavelmente não pertencia ao Concelho de Tavira mas a Olhão pelo tratamento que estava a ser dado, tendo inclusivamente mostrado alguns ofícios, a pedir *pavet*, tintas para pintar uma escola que era da responsabilidade da Câmara, uns moveis antigos, umas cadeiras antigas, uma secretárias velhas que não prestavam e tudo lhe tinha sido negado. Não sabia se os membros se recordavam, mas estava lavrado em ata podendo ser lido por todos. Naquela altura tinha manifestado o sentimento de que estava a receber um tratamento totalmente diferente dos restantes colegas Presidentes de Junta. _____

----Acrescentou que o Presidente da Câmara depois de o ouvir, e muito bem, tinha tido uma frase que considerava muito engraçada ao referir *"que nada tinha contra Santa Luzia apesar da sua sensibilidade auditiva lhe parecer que havia alguma reserva, mas insistia que nada tinha contra Santa Luzia"*. Disse que, sinceramente gostava de acreditar, que sabia que o Presidente da Câmara gostava de Santa Luzia e dos santaluzientes, disso não tinha dúvidas absolutamente nenhumas, contudo a postura e o tratamento relativamente aos santaluzienses e ao Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia levava-o a crer que não seria bem assim._____

----Na mesma Assembleia, o Presidente da Câmara tinha referido que Tavira tinha seis Freguesias de enorme riqueza nada levando a que uma ou outra fosse penalizada porque o respetivo Presidente de Junta, em determinada altura, tinha tido uma ideia diferente da sua. Em democracia era assim mesmo e o que referia era uma realidade sendo que em democracia eram livres de escolher onde estavam, com quem iam, com quem se sentavam à mesa, em que partido votavam e outras. Em democracia era mesmo assim, eram livres, pois caso contrário seria fascismo ao ser aplicada a velha máxima de que *"quem não está comigo está contra mim"*, todavia ele não tinha aquela ideia sobre o Presidente da Câmara, nem acreditava que tivesse aquele sentimento em relação a ele próprio ou qualquer outra pessoa. Portanto tendo um conjunto de questões, algumas já resolvidas e outras por resolver, mas conseguindo fazê-lo, não havia muito tempo, tinha pedido à sua tesoureira, Carla Martins, que solicitasse uma reunião ao Presidente da Câmara pois parecia-lhe que o grande problema era o Presidente da Junta que o Presidente da Câmara não queria receber, que assim sendo, bastaria dizer e a reunião realizar-se-ia com qualquer outro membro da Junta, o Secretário, Tesoureiro, Presidente da Assembleia, Vogal ou outro, mas não com o Presidente da Junta, o que ele aceitaria na perfeição. Todavia considerava que tinham que ser frontais e dizer o que tinha que ser dito, pois o Presidente da Câmara sempre tinha agido assim com ele, como o contrário também era verdadeiro, pelo que gostaria que continuassem a agir da mesma forma porque para além da política até eram amigos, até gostava dele sem ser Presidente de Câmara, mas na política as coisa alteravam-se e ele até era uma pessoa que sabia distinguir aquelas questões._____

----O Membro Carlos Rodrigues continuou referindo que gostaria que a situação fosse diferente e que o relacionamento de ambos se mantivesse como durante os últimos quatro anos pois continuava a defender acerrimamente as pessoas da sua terra independentemente do partido ou partidos que estivesse na Câmara Municipal, que ganhasse a Junta de Freguesia ou que fosse oposição. Para ele, o seu partido era Santa Luzia e a sua gente e respeitava as ideias de todos os partidos, de todas as pessoas, mas também gostava que o respeitassem a ele. _____

----Para terminar, perguntava ao Presidente da Câmara se na realidade tinha conhecimento que ele tinha solicitado aquela reunião ou se não tinha, se pensava recebê-lo ou não o queria receber mas antes a outro membro do Executivo da Junta e para quando, porque tinham um conjunto de assunto que necessitavam ser tratados, sendo que sem o aval da Câmara Municipal a Junta de Freguesia se encontrava parada. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que antes de passar a palavra ao Presidente da Câmara pretendia efetuar duas referências relativamente aos dois membros que tinham usado da palavra. ___

----Relativamente ao Membro Artur Sanina queria dizer que enquanto Presidente da Assembleia não aceitava que alguém marcasse reuniões em nome daquela Assembleia e, portanto, face ao facto de tal ter acontecido queria afirmar que aquela Assembleia não tinha a mínima responsabilidade sobre o assunto não tendo rigorosamente nada a ver com a reunião com a REFER ou com outra qualquer entidade, tratando-se apenas de um ato isolado. _____

----Quanto à intervenção do Membro Carlos Rodrigues queria referir que lamentava que tivesse usado o tempo de que dispunha não para tratar de assuntos de Santa Luzia mas para levantar ali questões pessoais que, seguramente, o Presidente da Câmara iria responder, mas o que tinha exposto podia tê-lo feito pessoalmente e não gastar os seus cinco minutos porque a *posteriori* iria ficar prejudicado. ___

----O Membro Carlos Rodrigues disse que pedia imensa desculpa mas quem ali estava não era o Carlos "*Belhi*" mas o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia que tinha falado na Freguesia de Santa Luzia e no porquê do Presidente da Câmara não querer receber o Presidente da Junta de Freguesia, tal como tinha falado em vários assuntos da Junta de Freguesia, não tendo, nunca, falado no Carlos "Belhi". _____

----O Presidente da Assembleia respondeu que apenas estava a dizer-lhe que entendia que o Membro tinha gasto o seu tempo no período antes da Ordem de Trabalhos, pelo que já não podia usar novamente da palavra, o que lamentava. _____

----O Presidente da Câmara referiu que ia tentar ser claro. Relativamente ao Jardim da Água cuja questão tinha sido colocada pelo Membro Artur Sanina, a Câmara Municipal fazia a manutenção do Jardim, mas tinha um concessionário que tinha que tratar do espaço público, sendo aquele o problema, pois existia um contrato de concessão cujo concessionário pagava um valor à Câmara para que estivesse aberto e não apenas nos meses de verão com a realização de festas porque o Jardim da

Água tinha uma componente pedagógica e, uma vez que a Assembleia Municipal o questionava sobre o que está a acontecer com o Jardim da Água, iria dar indicações ao Vereador para que fizesse cumprir o Regulamento. O Jardim da Água tinha vindo a ser vandalizado e contra vandalismos não tinham a mínima hipótese porque a pessoa a quem tinham concessionado o espaço não cuidava, não abria, só o fazendo apenas no verão e até às vinte e duas horas, sendo que até tinham tolerado que ali fossem feitas algumas festas. Por isso, os mecanismos tinham que ser acionados mas tinha que haver alguém que cuidasse porque sabiam o que se passava. A questão do Jardim da Água ia ser tratada, até porque, naquele mesmo dia, tinha recebido de um Munícipe inglês oito fotografias do seu estado atual tendo ele solicitado que a Câmara interviesse. Ainda não as tinha passado ao Vereador, o que faria no dia seguinte, para que fosse visitado e verificado o seu estado pois estavam a falar da gravilha, murais pintados, materiais novos mas gastos porque continham escritos por cima das letras informativas e o espaço fechado. Supunha que aquele era o problema do Jardim da Água, não se verificando qualquer consideração. O que seguramente iriam fazer seria chamar o concessionário e fazer cumprir o regulamento até porque a própria Assembleia Municipal exigia que resolvessem o problema, pois tratava-se de coisa pública e uma forma de cuidarem do Jardim era tendo vigilância, comércio e atividades porque o Jardim da Água funcionava todo o ano para questões pedagógicas e mesmo com as aulas a terminar era visitado por um ou outro infantário. Reconhecia que o Jardim não estava bem.

----Quanto à questão da REFER, o Presidente da Câmara referiu que conhecia muito bem o caminho para as instalações da REFER pois tinha-se lá deslocado várias vezes, já que, sempre que era necessário tratar de um assunto da REFER tinham que se deslocar a Lisboa. Afirmou que o Membro Artur Sanina não iria resolver nada porque a REFER nada decidia. O único problema que tinham e que tinha que ser analisado pela Assembleia de Municípios era uma questão muito simples. Sobre a via, nada podiam fazer sendo que a REFER até tinha vindo a proceder a algum alinhamento da mesma, contudo o problema era que o material circulante estava obsoleto, como o Membro já tinha referido, sendo sobre aquela questão que a Assembleia de Municípios iria tomar uma posição porque relativamente às outras questões, a linha era concessionada. Podiam-se indignar, podiam contestar, mas o resultado final seria nulo pois tinha que ser operada uma grande mudança. Não estava nada conformado por saber o que as pessoas passavam para se deslocarem de um lado para outro e, felizmente, que muitos abordavam o assunto.

----Relativamente à zona aquícola de Tavira concordava com a posição que tinha sido tomada pelas associações pois, como os membros sabiam, os pescadores apenas podiam pescar até seis milhas da costa, sendo que a zona aquícola iria ficar a quatro milhas da costa. Aquela situação já se verificava na Ilha da Armona que já tinha sido lançada à concessão tendo, inclusivamente, sido notícia pública de que o Governo estava a apostar na produção aquícola a quatro milhas da costa. Era evidente que iria limitar muito mais o espaço de intervenção porque a zona "*offshore*" iria limitar a zona de atuação dos

pescadores. Genericamente estava de acordo com o documento e considerava que se tratava de uma justa reivindicação dos pescadores porque já não bastando a área que viria a ser a zona de *"offshore"* havia ainda a área de proteção onde os barcos podiam apenas pescar à volta, limitando fortemente o espaço. Todavia era uma decisão do Governo em nome da economia, da redução, da exportação que iria ter reflexos importantes. _____

----Embora não tivesse sido perguntado gostava de realçar a titulo informativo que a Sociedade Polis já tinha assinado o contrato para a dragagem da barra de Tavira cuja obra já tinha começado, tal como a obras do cais do lixo. O cais do lixo de acesso à Ilha estava partido tendo por isso sido efetuadas diligências junto da DocaPesca para que fosse reparado. Tinha insistido bastante relativamente àqueles dois assuntos, o cais e a dragagem das barras e ficava com a sensação que as obras iniciadas e bem, não se estavam a realizar pelos pescadores mas antes pelo Campeonato do Mundo de Vela, momento que era de facto importantíssimo e que tinha acelerado todo aquele processo porque, possivelmente, se não se realizasse, as dragagens seriam executadas mais tarde. Era a ideia com que tinha ficado que, apesar de considerar bem o que o Governo tinha efetuado, porque tinha acelerado a situação e cumprido o seu dever, já que a situação da barra era impraticável para a navegação e extremamente perigosa._____

----Quanto ao Membro Carlos Rodrigues, o Presidente da Câmara referiu que agradecia o agradecimento relativo aos apoios, mas nada tinha que agradecer, sendo aquele um paradigma de todas as Juntas de Freguesia. Tinham acordos de execução e acordos interadministrativos, dois com Santa Luzia, sendo que o restante não estava protocolado com aquela ou outra Junta mas que poderia acontecer variadíssimas vezes, estava também a acontecer com a Junta de Freguesia de Tavira e, seguramente, ao longo dos tempos iriam acontecer acordos em competências da Câmara por forma a uns contribuírem com os materiais e outros com a mão-de-obra que a Câmara não dispunha em numero suficiente, conseguindo assim executar as intervenções. Por isso, tratava-se de um extra que não constava nos protocolos. _____

----Dirigindo-se ao Membro Carlos Rodrigues, o Presidente da Câmara afirmou que andava tranquilo onde quer que fosse, não tinha nada contra ninguém e quando deixasse as atuais funções sairia normalmente passando a ser o que já era, um cidadão comum do Concelho. Comum com deveres e responsabilidades, não tendo nada contra ninguém e também não tendo nada contra as pessoas de Santa Luzia, mas também não gostava, não apreciava que em Santa Luzia se dissesse que ele tinha alguma coisa contra as pessoas o que, por vezes, era dito por alguns santaluzienses e não era manifestamente verdadeiro. De facto, o último pedido de reunião que tinha recebido tinha sido por parte da Tesoureira da Junta. Todavia, não havia muito tempo que o Presidente da Junta tinha tido uma reunião com a Vereadora Ana Paula Martins onde ele também tinha estado e onde tinham abordado várias questões relativas aos contratos de execução. A reunião tinha decorrido no gabinete

da Vereadora, onde tinha feito questão de estar presente, não tendo estado presente na reunião seguinte com o Presidente da Junta da Conceição e Cabanas de Tavira. Tinha feito questão de estar presente na reunião sobre os acordos de execução, que tinha acontecido em abril. Formalmente nenhum Presidente de Junta tinha reuniões com caráter de regularidade sendo que, quando marcasse as reuniões marcaria com os seis Presidentes de Junta, todavia intercalarmente e informalmente tinha várias conversas com os Presidentes de Junta, pelo que se o Presidente da Junta de Santa luzia quisesse falar com ele, certamente que também falaria como sempre o tinha feito, informalmente, colocando as questões, para o que nunca tinham sido necessárias reuniões formais, à volta de uma mesa. Aquela era uma prática bastante usada pelo anterior Presidente da Junta de Cabanas, Carlos Baptista, tal como o tinha feito muitas vezes com o anterior Presidente da Junta de Santa Catarina, Leonardo Martins. Havia Presidentes mais informais que outros, mas tinha sido sempre daquele modo que tinham trabalhado como o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, Carlos Rodrigues, assentiria porque, de facto, era daquele modo.

----O Presidente da Câmara continuou referindo que provavelmente teriam que iniciar um esquema mais formal mas quando fossem marcadas reuniões, seria uma reunião conjunta com todos os seis Presidentes de Junta, todavia mesmo com as reuniões, nenhum assunto urgente seria deixado de tratar que não fosse resolvido com um telefonema, aliás, o último telefonema que tinha recebido da parte do Presidente da Junta de Santa Luzia, que anteriormente recebia vários, tinha sido há cerca de quinze dias e o assunto tinha sido tratado. Tinha sido a primeira vez que tinham falado ao telefone desde há muito tempo porque anteriormente falavam ao telefone variadíssimas vezes. Contudo, havia algo de que não gostava e que pretendia que estivesse correto pois nada tinha contra quem quer que fosse, porém também registava o que se dizia. Assim, questionava se não tinha estabelecido um acordo de execução para a habitação social e qual era o valor previsto.

----O Membro Carlos Rodrigues respondeu que eram vinte mil euros.

----O Presidente da Câmara indagou se podia esclarecer a que se destinavam.

----O Membro Carlos Rodrigues referiu que se destinavam à conservação e manutenção das casas de habitação social.

----O Presidente da Câmara afirmou que tal se traduzia em tintas e outros materiais para as casas de habitação social, mas os santaluzienses tinham recebido, há algum tempo, uma carta assinada pelo Presidente da Junta que tinha ali em seu poder e que dizia: *"Exmo. Senhor..."* e dirigia-se *"Aos inquilinos das casas de habitação social..."*

----O Membro Carlos Rodrigues sugeriu que o Presidente da Câmara verificasse a data.

----O Presidente da Câmara respondeu que a carta não tinha data.

----O Membro Carlos Rodrigues esclareceu que tinha sido remetida antes dos acordos serem assinados.

----O Presidente da Câmara reforçou que era anterior aos acordos mas iria apenas ler um parágrafo porque, por vezes, dizia-se algo e escrevia-se diferente, sendo que os santaluzienses ficavam verdadeiramente convencidos de que o Presidente da Câmara tinha algo contra eles porque alguém tinha escrito sobre determinado assunto que estava a ser negociado por todos. _____

----Continuou referindo que o Membro Carlos Rodrigues tinha ali feito um conjunto de acusações de que ele não lhe respondia, entre outras. Aquela carta tinha-lhe sido entregue há dois dias, não tinha data e, se o Presidente da Junta permitisse, passaria a ler. _____

----*"Vimos por este meio informar todos os inquilinos residentes nas casas de habitação social que a partir deste momento e tendo por base a Lei 75/2013 que estipula as competências das autarquias locais, que os pedidos para a execução de quaisquer obras, pinturas ou reparações, permitirá a partir de agora, apenas a cedência de mão-de-obra. Todo e qualquer material necessário à execução do pedido fica a cargo do inquilino uma vez que de acordo com a Lei supracitada a Câmara Municipal de Tavira cessou a transferência dos valores das rendas pagas pelos inquilinos de habitação social a esta Junta de Freguesia para a execução e manutenção das mesmas. Aproveitamos ainda para informar....".*
Porém, a Câmara tinha transferido vinte mil euros para a execução das reparações. _____

----O Membro Carlos Rodrigues contestou que a transferência para a Junta de Freguesia apenas tinha acontecido em abril e que a carta tinha sido emitida em novembro ou dezembro com o objetivo de informar os inquilinos que não tinham recebido as rendas de casa relativas ao mês de setembro._____

----O Presidente da Câmara referiu que a justificação da carta era sim a de que estavam a necessitar de verba. _____

----O Membro Carlos Rodrigues disse que não tendo recebido as rendas de casa, deveria ser a Câmara a tratar da manutenção das mesmas._____

----O Presidente da Câmara afirmou que tinha ficado esclarecido quanto à justificação da elaboração daquela carta. Apenas tinha focado a mesma para evitar outras conversas que estavam escritas e para justificar, atestar que nada tinha contra a população de Santa Luzia com quem, aliás, tinham realizado um acordo e estavam a trabalhar, apoiando a festa, cedendo trinta e duas tendas para a Expoluzia e a realizar todo o trabalho respeitando o acordo que tinham celebrado com as Juntas de Freguesia que iam continuar a apoiar na medida das possibilidades._____

----O Presidente da Assembleia referiu que aquele assunto deveria ser tratado fora da Assembleia. ___

----O Membro Artur Sanina mencionou que não tinha solicitado qualquer reunião à REFER em nome da Assembleia Municipal de Tavira e que nem tinha o direito de o fazer. _____

----O Presidente da Assembleia afirmou que, se tinha percebido bem, o Membro se tinha identificado como membro de um determinado partido e como membro da Assembleia tendo sido nessa condição que tinha marcado a reunião. O que tinha dito era que aquela Assembleia nada tinha a ver com a situação nem se responsabilizava por aquele tipo de reuniões marcadas individualmente. _____

----O Membro Artur Sanina referiu que não o tinha feito e nem tinha o direito de solicitar uma reunião em nome da Assembleia Municipal de Tavira quer fosse com a REFER ou outro organismo qualquer. O que tinha que fazer era ouvir as pessoas, os seus problemas e procurar soluções. Nesse sentido, tinha considerado que o melhor modo de tentar solucionar os problemas era solicitar aos organismos em causa, uma reunião que nunca faria em nome da Assembleia Municipal. _____

----O Presidente da Assembleia reafirmou que não era da responsabilidade daquela Assembleia a marcação de reuniões em termos individuais. Não tinha passado qualquer atestado sobre o que o Membro devia ou não fazer, tendo apenas afirmado que na qualidade de Presidente da Assembleia não se revia naquele tipo de marcações em termos individuais, sendo aquela a razão porque ali eram apresentadas moções que eram colocadas à discussão e votação para constituírem uma deliberação em nome do órgão e não em termos individuais. _____

----O Membro José Graça referiu que sobre a última questão apenas gostava de precisar que constituindo um dever dos membros da Assembleia ouvirem as pessoas, fiscalizarem a atividade municipal e estarem em contato permanente com a realidade do Concelho, estava muito claro no Regimento da Assembleia que quem a representava era o seu Presidente e na sua ausência a mesa. Fazia a leitura de que, caso algum membro da Assembleia, grupo parlamentar, entendesse contatar entidades externas, deveria sempre e em todo o caso fazê-lo através da mesa. Aquela era uma maneira de assegurarem que havia por parte dos serviços da Assembleia e dos serviços de apoio, o devido acompanhamento das situações. Sem pretender cortar de qualquer forma os direitos e os deveres dos membros da Assembleia queria apenas fazer aquela precisão. _____

----Em segundo lugar gostava também de referir e pedir que não faltassem ao respeito para com o Presidente da Mesa quando ele apenas procurava fazer cumprir o Regimento, ninguém estava ali de relógio na mão, mas havia quem já tivesse ultrapassado largamente o tempo que tinha disponível para utilizar no período de antes da Ordem do Dia._____

----Para concluir, disse que em nome do grupo parlamentar do PS, por forma a ultrapassar aquela cedência, também estavam a ser mais disciplinados no uso da palavra, pois deviam de ser cuidadosos, respeitar os tempos que eram atribuídos pelo Regimento até porque existia um conjunto de pessoas que estavam a assistir à Assembleia e, certamente, também pretendiam intervir no final dos trabalhos.

----O Membro João Carvalho referiu que estava à espera de um pedido de desculpa por parte do Presidente da Assembleia por considerar que o Regimento não tinha sido cumprido, sendo que a defesa da honra era um princípio básico da liberdade e democracia, o que lhe tinha sido retirado na última Assembleia. Esperava que o Presidente da Assembleia se tivesse retratado relativamente à situação e espantava-o que o Membro José Graça, o PS, não tivesse qualquer palavra sobre aquela ultrapassagem ao Regimento. _____

----O Presidente da Assembleia questionou se havia mais inscrições para o período de antes da Ordem do Dia que, não se verificando, referiu que ia colocar à votação a ata da última reunião que, podia adiantar, tinha tido algumas alterações pontuais, como por exemplo, já no decurso daquela Assembleia tinha sido corrigido o nome da Membro Maria Helena que não estava correto e alterado Tribunal de Contas para Tribunal Constitucional. Questionou se algum dos presentes tinha mais alguma alteração a efetuar, que não se verificando, colocou a ata a votação. _____

----A ata número dois foi aprovada por unanimidade. _____

----Informou novamente o público, que já estava em maior número, que de acordo com o novo Regimento estavam disponíveis fichas de inscrição para intervenções. No momento tinha apenas uma inscrição, pelo que quem pretendesse intervir no final da reunião, o que era permitido pelo Regimento, pois esse período podia ocorrer após o período antes da Ordem de Trabalhos ou no final da reunião. Naquela Assembleia considerando o baixo número de inscrições e uma relativamente pequena Ordem de Trabalhos, o período para intervenções iria ser realizado no final da sessão até porque existiam assuntos na Assembleia que, supostamente, também eram do interesse do público e, esperava que não fosse muito longa. _____

----Passou a palavra ao Presidente da Câmara para que apresentasse o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos referente à informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal. ___

----O Presidente da Câmara começou por referir que aquele era o mês de São João, pelo que, antes de iniciar queria informar que iriam acontecer festas um pouco por todo o lado, arraiais e sardinhas, sendo que a Câmara tinha adquirido, naquele mesmo dia, setenta e cinco caixas de sardinha para distribuir pelos arraiais._____

----Passava a indicar alguns eventos que tinham acontecido desde o mês de abril. Tinha sido inaugurada uma exposição realizada pelos jovens da escola que considerava muito interessante e que valia a pena ver. Era composta por um conjunto de *ateliers* com um conjunto de trabalhos dedicados à época Islâmica, tendo sido convidados a executar um conjunto de peças, sobre as quais considerava até possível fazer *merchandising*. A exposição encontrava-se no espaço de exposições temporárias do Museu Islâmico. _____

----Estavam a decorrer um conjunto de exposições no Museu e os passeios e comeres no âmbito da Dieta Mediterrânica estavam a ser um verdadeiro sucesso. Todas as semanas tinha acontecido uma iniciativa dinamizada pelo Museu, pelo que recomendava a todos se tivessem oportunidade, de testar ou recomendar, porque o *feedback* era de que eram muito interessantes. Realizavam-se de acordo com as artes tradicionais em que um grupo entre doze a vinte pessoas eram convidados a participar, ver o funcionamento e até mesmo confecionar pela forma tradicional, no que tinham participado uma quantidade muito significativa de estrangeiros._____

----Referiu-se à continuidade dos passeios na História de Tavira organizados pelo Museu e à Exposição de Ernesto Melo Antunes que continuava patente no Quartel.

----Tinham-se verificado um conjunto de iniciativas realizadas pelas Instituições do Concelho.

----O *"Todos a Caminhar"* realizaria o seu encontro final no dia seguinte àquela Assembleia e no dia de São João pelas seis horas e doze minutos, estavam todos convidados a participar numa caminhada a partir do amanhecer que iria constituir-se como a última atividade do ano. Entre as atividades do *"Põe-te a Mexer"*, *"Todos a Caminhar"*, *"Todos a Pedalar"* e piscinas, tinham cerca de dois mil participantes de todas as idades, portugueses, estrangeiros, residentes, sendo que o programa estava a ser cada vez mais dinamizado pela Casa do Povo de Santo Estevão estando claramente a crescer com grande sucesso.

----O *"V Challenge"* tinha-se realizado, como sempre, numa sexta-feira na cidade de Tavira, sendo a quinta edição já ia ganhando o seu espaço.

----Tinham-se realizado mais um conjunto de iniciativas desportivas e culturais que se dispensava de enumerar e que se encontravam discriminadas na documentação distribuída.

----Mais uma vez se tinha realizado o Festival de Gastronomia que tinha encerrado com mais aderentes, mais pessoas a comer, até porque tinham a sensação que no corrente ano existiam mais turistas a passar férias em Tavira, talvez devido ao facto da época desde a Páscoa até àquela altura ter coincidido com uma melhores datas, mas considerava que Tavira tinha mais turismo, como também tinha havido mais pessoas nos restaurantes.

----Tinha-se realizado o Festival de Teatro da Conceição e a comemoração do Dia do Pescador.

----As festas de Santo António tinham acontecido nos passados dias doze e treze, também com grande sucesso e com a tradicional procissão.

----Passando ao capítulo de obras e urbanismo, o Presidente da Câmara começou por referir a requalificação da frente ribeirinha junto à Rua Dr. José Pires Padinha, troço entre a Lota e a Ponte dos Descobrimentos e a reabilitação do troço da muralha da Rua dos Pelames que eram duas intervenções que estavam para avançar. Já tinham aberto o concurso para a segunda fase da Rua José Pires Padinha e os contratos de financiamento com o POAlgarve21 – Programa Operacional do Algarve21 já tinham sido assinados, tanto para a primeira como segunda fase. Para a zona interior, onde se embarcava e onde existia estacionamento, já estava elaborado o relatório preliminar e o empreiteiro já tinha sido escolhido. Quanto à zona da estrada, entre a Câmara e a Ponte dos Descobrimentos, o concurso já tinha sido lançado pelo que esperavam iniciar a empreitada talvez no mês de outubro, que iria ter a duração de seis meses, para posteriormente procederem à junção das duas peças. Relativamente à primeira fase apesar de já ter sido elaborado o relatório preliminar, faltando o relatório final, o contrato, a consignação e as caução, iam tentar retardar o mais possível o início da obra, tentando

combinar com o empreiteiro para que apenas se iniciasse no final do verão porque no presente, com o início da época balnear, não fazia sentido. A segunda fase não se iria iniciar muito mais tarde. _____

----Quanto ao troço da muralha já tinham contrato assinado e iniciar-se-ia muito em breve porque o empreiteiro já estava contratado. Tratava-se também de uma empreitada financiada cujo contrato já se encontrava assinado sendo que estavam criadas as condições para a colocação de alguns tapumes para a recuperação do troço da muralha que realmente necessitava. _____

----Relativamente à sala do Palácio da Galeria encontrava-se em fase de assinatura de contrato com o empreiteiro que já estava escolhido. Ir-se-ia constituir como uma sala para as reservas do Museus e também era uma obra cofinanciada. _____

----A Empresa Sá Machado tinha ganho o concurso para a eliminação das caixas de areia e colocação, até ao inicio do ano escolar, de um conjunto de equipamentos e brinquedos nas escolas do Concelho, nomeadamente a Escola Dom Paio Peres Correia, o Centro Escolar da Horta do Carmo, a EB1 de Cabanas que não possuía qualquer espaço e passaria a ter, a EB1 da Conceição e a D. Manuel I. Pretendiam executar aquela intervenção até ao dia em que as aulas se iniciassem para terem os equipamentos colocados. O concurso tinha o valor de cento e quarenta e seis mil euros acrescidos de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado. _____

----O Presidente da Câmara informou ainda que também já tinha assinado o contrato de cofinanciamento do POAlgarve21 para a Ermida de São Roque cuja intervenção tinha o valor de duzentos e trinta mil euros. A Ermida iria ser toda recuperada deixando de funcionar como armazém da Câmara. Ficaria apenas o elemento, todo recuperado, sendo que posteriormente decidiriam o destino do edifício da Ermida de São Roque. Supunha que a obra se iniciaria imediatamente a seguir ao verão, sendo que presentemente, já estava em concurso e tinha propostas entregues. _____

----Acrescentou que os tapumes da Igreja das Ondas já tinham começado a ser retirados, pelo que, pensavam que ainda durante o corrente mês ou em meados do mês seguinte já não estivessem no local pois tinham deixado de ser necessários, o que considerava ser bom para o verão porque, como os membros sabiam, existiam muitas reclamações. Tratava-se de uma intervenção que tinha o período de setecentos e vinte dias. Presentemente as talhas e os painéis do teto já se encontravam colocados tendo a Igreja sido totalmente reabilitada, sendo que considerava que quando a visitassem teriam certamente muito orgulho porque estava muito bem. Em relação ao Coro Alto que tinha sido alvo de concurso à parte também tinha sido recuperado. As duas intervenções tinham financiamento comunitário de sessenta e cinco por cento. _____

----Presentemente estava a ser construído um muro de suporte na intervenção da conclusão do acesso a Cabanas, cuja empreitada ia decorrendo, pelo que tentariam não atrapalhar muito o trânsito conseguindo compatibilizar o verão com a intervenção, cujo cronograma tinha sido ajustado não havia muito tempo. _____

----A Câmara também estava a investir na eficiência energética sendo que previam poupar por ano, com a energia residual, cerca de trinta mil euros de energia que não consumiam e que ficava parada tendo tido que proceder às adaptações a fim de pouparem aquela energia. _____

----Para terminar, o Presidente da Câmara referiu-se a empreitada de pavimentação da Rua João Vaz Corte Real à Estrada Nacional 125 que já se encontrava concluída faltando apenas proceder ao arranjo das bermas que constituiriam uma segunda fase. _____

----O Presidente da Assembleia indagou se algum dos presentes pretendia intervir sobre a informação do Presidente da Câmara. _____

----O Membro João Carvalho referiu que apenas pretendia expressar um desejo, ou pelo menos, deixar um alerta pois, sendo ele um entusiasta da Dieta Mediterrânica, tinha alguma preocupação por, na corrente semana, ter assistido ao facto do Festival Med ter anunciado *"com pompa e circunstância"* a Dieta Mediterrânica também em Loulé. _____

----Há algum tempo tinham ali falado sobre a sua preocupação, de que existissem outras cidades, outras regiões a aproveitarem uma iniciativa que tinha sido do Presidente da Câmara e que era local com o apoio do Governo que, manifestamente, considerava que seria um erro não aproveitar. Assim, pedia para que fizesse o que estivesse ao seu alcance, não constituindo Tavira como uma marca registada por não ser possível, mas que conseguisse ao máximo que a identificação da marca fosse Tavira. _____

----O Presidente da Câmara respondeu que agradecia a preocupação e informou que Tavira iria ter o segundo festival da Dieta Mediterrânica entre os dias cinco e sete de setembro cuja feira iria ser grande, maior que a do ano anterior que tinha sido a primeira, e onde iriam estar presentes praticamente todas as Entidades Regionais, haver um conjunto de atividades suplementares e, pensava, que iria ser uma feira que constituiria uma marca para o futuro como sendo um grande evento a conquistar. A Dieta Mediterrânica era património português, sendo Tavira a comunidade representativa perante a UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, emblemática que representava Portugal quanto à Dieta Mediterrânica. Tavira iria trabalhar ao longo dos próximos quatro anos com o Governo, o Turismo e outras entidades regionais como a CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional nas expressões da Dieta Mediterrânica. A decisão tinha sido tomada pela UNESCO em quatro de dezembro passado, existindo um conjunto de iniciativas financiadas, mas havendo ainda muito trabalho a realizar com os empresários, restaurantes, setores tradicionais e outros, por forma a consolidar de modo a que Tavira tivesse uma expressão como comunidade representativa. Não bastava realizar um evento, sendo necessário modelar, movimentar a economia, as tradições, criando valor, sendo que esse era o grande desafio dele e de todos da comunidade representativa. Obviamente que o Festival MED tentava agregar algo de bom e que era algarvio, questão sobre a qual não tinham qualquer problema. O que realmente era

importante era que Tavira, presentemente e nos próximos anos, soubesse capitalizar o valor que a UNESCO tinha atribuído, tendo todos que trabalhar para o conseguirem e, muito sinceramente, considerava que iriam realizar um bom trabalho naquele propósito embora levasse o seu tempo. ____

----O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais intervenções passou ao ponto número dois sobre a apreciação do Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2013 da TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.____

----O Membro Antero Romeira mencionou que iria começar por elogiar o Presidente da Câmara. Eram de partidos diferentes mas tinha a sensação de terem algo em comum, sendo que na apresentação das contas da TaviraVerde tinha verificado como tinha sido constituída cujo assunto contava da ata da sessão ordinária de treze de dezembro do ano de dois mil e quatro onde se encontrava a intervenção do atual Presidente da Câmara com a qual concordava plenamente. Já tinha ali sido criticado por referir que o Presidente da Câmara tinha um carisma social, sendo que até tinha redigido um comunicado ao seu camarada Jerónimo de Sousa sobre o facto de estar naquela Assembleia um representante da CDU – Coligação Democrática Unitária, mas o Presidente da Câmara tinha-o ultrapassado naquela situação e pensava que o PS, naquela sessão, também iria votar como ele. Na altura, o Presidente da Câmara tinha sido dos poucos membros que tinha levantado algumas questões sobre empresa quando da proposta da sua constituição e passava a ler: *"O Membro Jorge Botelho agradeceu os esclarecimentos do Presidente e solicitou que ficasse em ata tudo o que dissesse sobre os funcionários da Câmara Municipal. Perguntou ainda, as pessoas inicialmente ao passarem para a empresa são destacadas, requisitadas ou transferidas e perguntou quais são as prestativas de evolução das tarifas..."*, tendo obtido como resposta por parte do Presidente da Câmara *"Três por cento ao ano."* A votação tinha sido de dezassete votos do PSD – Partido Social Democrata, nove votos contra e três abstenções. Da leitura que fazia da votação parecia-lhe que o PS estaria contra aquela forma de constituição da empresa, sendo que aquela era também a posição da CDU. ____

----Considerava que o interesse de empresas como aquela, quando estavam em causa dois acionistas, no caso eram três, em que um dele era o Estado e outro privado, se confundiam e eram antagónicos porque, como todos sabiam e não era necessário ter conhecimentos de gestão, o Estado não tinha qualquer perspetiva de lucro, nem devia ter, sendo que para o privado era uma situação normal já que, se investia pretendia obter o retorno desse capital. ____

----Passando às contas da TaviraVerde, no ano de dois mil e cinco tinha tido um prejuízo de aproximadamente quatrocentos e dezassete mil euros e, como tavirense, a primeira vez que tinha visto uma fatura da TaviraVerde tinha verificado um capital social de cinquenta mil euros o que tinha considerado estranho. Todavia, tinham que analisar os documentos desde o inicio da sua constituição até ao presente e podiam verificar a existência de prestações suplementares dos sócios, principalmente os privados, em que a AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A,

no final do ano de dois mil e cinco ou inicio do ano de dois mil e seis, tinha efetuado uma prestação suplementar de cerca de um milhão de euros e a AGETAV - Agência de Desenvolvimento de Tavira SA vendido as suas ações à HIDURBE - Gestão de Resíduos S.A. Assim, a posição da CDU era no sentido de questionar se não teria sido sempre muito mais rentável para o Concelho de Tavira a não constituição da empresa, se os interesses do Concelho não estariam muito mais salvaguardados, porque se notava, embora não tivesse efetuado uma análise ao nível do Algarve, que os tavirenses eram os que mais caro pagavam a água e taxas, sendo que da leitura que fazia do documento existia realmente um *deficit* do consumidor que não seria pelo preço nem qualidade, até porque a TaviraVerde tinha recebido alguns prémios. A perda de receitas também não tinha origem na perda de água porque, realmente, naquele sentido era realizado um trabalho que tinha que ser elogiado, sendo que os tavirenses notavam que existia mais assistência, mais funcionários. A questão que se colocava era se não seria preferível que toda a remuneração que estava a ser paga aos acionistas fosse entregue ao Estado, no caso, à Autarquia. _____

----O Membro Antero Romeira continuou referindo que não ia mencionar as contas pois tecnicamente estavam corretas, o débito e crédito eram positivos, todavia existiam duas ou três situações sobre as quais pretendia formular umas questões ao Presidente da Câmara._____

----Os acionistas eram remunerados, primeiramente pelos dividendos, que pensava nunca tivessem sido pagos, e pelos contratos de assistência técnica. Não tinha tido acesso ao contrato de gestão por não se encontrar disponível na *internet,* apenas se o tivesse requisitado ao Presidente da Assembleia, mas o valor seria pelo capital que tinham investido, pelos suprimentos com uma taxa da Euribor a seis meses, conforme constava no relatório. _____

----No relatório também constava o Município nas transações entre os relacionados, pelo que perguntava ao Presidente da Câmara se, no contrato de assistência aquelas três entidades prestavam algum serviço à empresa ou se era apenas uma forma de remunerar os acionistas indiretamente, porque o Município, relativamente à assistência técnica no ano de dois mil e treze, tinha recebido duzentos e dezoito mil euros, e a AGS, cento e oitenta e nove mil euros. Porém, não constava apenas assistência técnica mas os serviços SIG-Sistema de Informação para a Gestão e juros das prestações suplementares, ou seja, do capital que tinha investido recentemente, constituindo-se como outra situação já que a partir do ano de dois mil e dez devido ao SNC - Sistema de Normalização Contabilística era contabilizada como uma prestação suplementar por os capitais próprios já não terem sido negativos no ano de dois mil e dez, sendo que a partir daquela data tinham passado para um financiamento, ou seja, um suprimento, porque era aquela a política contabilística. _____

----Havia ainda o problema que já ali tinha sido abordado e que era a questão dos três milhões e quatrocentos e dezassete mil euros. Da verificação que tinha efetuado dos relatórios desde o ano de dois mil e cinco, tratava-se de uma dividida que, supostamente, a TaviraVerde tinha para com as Águas

do Algarve S.A.. Assim, questionava se aquela aquisição de mercadoria estava contabilizada constando o seu custo. _____

----Da análise dos relatórios verificava que existia alguma incongruência. No relatório do ano de dois mil e oito, nas contingências do relatório existia a referência a uma injunção pelas Águas do Algarve. Referia-se à fatura 0381600 no valor de quatrocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e oito euros e dez cêntimos que não estava descrita no relatório do ROC – Revisor Oficial de Contas, não tendo sido prevista qualquer provisão. No relatório do ano de dois mil e nove, aquela sequência reaparecia, tendo a empresa sido citada na ação entreposta em Tribunal Administrativo passando o valor do ano de dois mil e oito e ser considerado no relatório do ano de dois mil e nove, para um milhão, cento e sessenta e seis mil euros. No relatório do ano de dois mil e dez referia-se um problema de dois anos, dois mil e oito e dois mil e nove e de um milhão e quatrocentos mil euros, sendo que no relatório do ano de dois mil e onze tinha sido criada, pela primeira vez, uma provisão de duzentos e setenta e nove mil euros deixando de fazer referência às Águas do Algarve mas existindo a referência a quatro anos, desde o ano de dois mil e sete a dois mil e dez, passando o valor para dois milhões, quatrocentos e noventa e sete mil euros. No ano de dois mil e doze eram referidos três milhões e trezentos e cinquenta mil euros e, por fim, o ano de dois mil e treze, três milhões e trezentos e dezassete mil euros. _____

----Durante todos aqueles anos e o Presidente da Câmara tinha tomado posse no ano de dois mil e nove, tinham sido elaborados relatórios semestrais, sendo que o relatório do primeiro semestre do ano transato continha resultados operacionais negativos, corrigidos até ao final do ano para resultados positivos, e sabendo da nomeação de um Presidente e do Vereador João Pedro Rodrigues como vogal, a questão que pretendia colocar era sobre quais tinham sido as medidas tomadas no sentido da situação que tinha exposto não colocar em causa a Câmara Municipal de Tavira. _____

----O Presidente da Câmara referiu que ia tentar responder sumariamente porque para responder a algumas questões necessitava de ter dados de modo a não ser impreciso nos números até porque o Membro Antero Romeira também era rigoroso. Todavia podia responder a algumas questões com alguma facilidade de quem desde o ano de mil, novecentos e noventa e sete participava na vida pública do Município de Tavira, como membro da Assembleia Municipal durante doze anos e que tinha votado contra a constituição da empresa TaviraVerde, que tinha feito questão de, em conversações de forma muitíssimo cordial com o anterior Presidente da Câmara, colocar opções. Contudo, entre os anos de dois mil e três e dois mil e cinco, a economia encontrava-se numa fase espetacular existindo bastante riqueza e os privados possuindo o capital para o que era necessário executar. Naquele tempo, a Câmara tinha os serviços municipalizados que até constituíam uma fonte de receita municipal, todavia, em determinada altura tinha passado a ser possível a realização de contratos de gestão, sendo que os privados que pretendiam entrar no setor das águas apresentavam propostas às

Câmaras e, à semelhança de algumas Câmaras que já tinham criado empresas municipais tituladas pelos municípios do país, também no Algarve se tinha verificado aquela tendência com base em variados modelos. O modelo adotado tanto por Tavira como Faro que tinham o mesmo parceiro, tinha sido de que a respetiva Câmara vendesse quarenta e nove por cento do capital constituindo uma sociedade comercial, no caso de Tavira a TaviraVerde, detendo a Câmara cinquenta e um por cento e os restantes quarenta e nove por cento sendo de capital privado. _____

----As estruturas estavam gastas, o saneamento estava velho, o material circulante obsoleto, pelo que o acordo celebrado e sobre o qual tinha questionado para além do que estava escrito, num conjunto de conversações que tinham acontecido, sempre muito simpáticas mas firme nos propósitos porque quem tinha o poder era o Executivo da altura cuja decisão havia de tomar com a constituição da TaviraVerde. O PS tinha grande preocupação com os funcionários porque no ano de dois mil e quatro, quando a empresa foi constituída estes tinham receio de serem despedidos tendo, alguns dos presentes que estavam na Assembleia da altura, questionado sobre alguma possível consequência devido à cedência da posição contratual para a empresa a constituir. _____

----Como a Câmara não dispunha de capital porque a situação se tinha verificado um pouco antes do "*boom*" imobiliário, entre dois mil e três e dois mil e oito, tinha transferido toda a rede que possuía a custo zero, sobre o que o ROC fazia uma referência porque se ia depreciando. Transferiu as instalações, os funcionários, a ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais sobre o que não havia lugar à cobrança de renda estando por empréstimo se mantinha. Transferiu um conjunto de infraestruturas e a loja, sendo que a AGS tinha contribuído com o capital para executar os mega investimentos de muitos milhões de euros que em determinada altura seriam candidatados ao POVT - Programa Operacional Temático Valorização do Território e, de facto, a rede tinha melhorado, mas a empresa tinha-se endividado._____

----O Presidente da Câmara continuou dizendo que, independentemente de se acreditar ou não no modelo, o certo era que tinha dois pressupostos bastante difíceis para a gestão da Câmara e para a própria gestão da empresa. O primeiro pressuposto referia-se ao contrato para o social entre a Câmara e a empresa, já que para realizar investimentos, a última tinha exigido uma TIR – Taxa Interna de Retorno de treze vírgula setenta e dois por cento cujo capital era certo pelo investimento, pela participação em função do montante de negócios que a empresa tinha que retirar todos os anos, o que constituía a primeira remuneração. Assim, o tarifário para além de suportar as despesas tinha que pagar uma TIR de treze vírgula setenta e dois por cento à empresa detentora de quarenta e nove por cento do capital. Pensava que seria uma das taxas mais altas do país que também se tinha verificado em Faro mas que devido a uma polémica que tinha existido, o Tribunal de Contas tinha mandado baixar. _____

----A Câmara tinha perdido faturação, ou seja, tinha deixado de se poder financiar para os seus investimentos com as verbas resultantes da cobrança da água que representavam uma parte substancial das verbas que recebiam, com uma margem de lucro por vezes mais pequenas, mas que na TaviraVerde não tinham aquela liberdade pois o que sabiam era que se a empresa tivesse prejuízo seria a Câmara, por obrigação legal, a suportar os respetivos montantes. Assim, pretendiam baixar as amortizações, reduzir a despesa da empresa e, no corrente ano, tinham negociado em Assembleia Geral no sentido de que o sócio privado baixasse a TIR de treze vírgula setenta e dois para nove e meio por cento, já que tinha informado que não aceitava que o tarifário sofresse um aumento de dez por cento e cuja negociação tinha caráter permanente. A Câmara pagava um contrato de verdes no valor de um milhão e duzentos mil euros, pagava um contrato das praias que, no corrente ano, tinha o valor de duzentos e setenta mil euros e pagava toda a água que consumia, cuja totalidade dos consumos atingiam entre um milhão e setecentos ou oitocentos mil euros, sendo por isso cliente da TaviraVerde. Desde que era Presidente da Câmara que se tinham diferenciado quando, há quatro anos, tinham efetuado um acerto no tarifário. Tinham considerado que o preço da água para a Câmara, Juntas e outras entidades públicas era demasiado baixo sendo que o tinham multiplicado por três. Se não estava errado, o preço por metro cúbico que era de um euro e setenta cêntimos tinha passado para cerca de cinco euros, pelo que, tinham tido que se tornar mais eficientes, propagando essa eficiência por todos e, começando a controlar os gastos de água para que a fatura não aumentasse. _____

----Assim, tinham uma empresa que tinha obtido, no corrente ano, um lucro de cerca de vinte mil euros de resultados operacionais positivos que era o objetivo da empresa enquanto existisse, porque podiam resgatar a concessão junto do sócio privado todavia podia acontecer algo semelhante à Câmara de Barcelos que tinha sido condenada pelo Tribunal a pagar cento e setenta milhões de euros, por acaso, ao mesmo sócio privado que Tavira tinha. _____

----Pretendia pois informar sobre como estavam a trabalhar, ele também morava em Tavira e também pagava as sua despesas, pelo que tinham tentado diferenciar as tarifas sociais que estavam a cinquenta por cento do preço, tentando dar mais isenções para os desempregados e a receber rendimento mínimo, porém havia um patamar do qual apenas conseguiam baixar o tarifário se o sócio privado baixasse a TIR e quando reduzissem o enorme plano de amortizações que tinha sido assumido entre os anos de dois mil e seis e dois mil e oito, sendo que deviam uns milhões de euros ao Banco Millennium, ao Banco Espirito Santo, entre outros, que totalizam cerca de doze milhões de euros. Relativamente ao Presidente do Conselho de Administração considerava que era uma falsa questão porque o seu salário era idêntico ao de um Vereador a tempo inteiro cujo vencimento liquido rondava os mil e oitocentos euros, sendo que considerava que não devia de ser o Presidente da Câmara também a assumir a presidência da TaviraVerde, com o nível de exigência que tinha, pois considerava um pouco demais._____

----No corrente ano, o que tinham onerado com a administração da TaviraVerde tinha como finalidade a persecução da mesma linha da Câmara, com a redução na despesa, que tinha que ser analisada concretamente. Assim, no resultado final do ano de dois mil e catorze tinha que ser visível a redução das despesas operacionais uma vez que relativamente à despesa financeira, ela existia. Pensava que com as orientações que tinham dado à TaviraVerde iriam conseguir seguir o caminho certo, que o sócio privado baixasse ou pelo menos não aumentasse a sua TIR para conseguirem equacionar a redução do tarifário para todos.

----O Presidente da Câmara referiu que não mencionando a confusão generalizada que existia no setor da água, a questão da verticalização, a posição da Águas do Algarve que, seguramente, era uma posição que levava muitas Câmaras a aumentar os preços da água, se perguntassem se a água estava mais barata em Tavira, respondia que não estava. Aquele era um reconhecimento que fazia mas, que estavam a fazer por controlar, não pretendendo que a TaviraVerde tivesse prejuízo pois significava colocar verba da Câmara.

----A segunda remuneração que a empresa tinha referia-se à assistência técnica. Nos contratos tinha-se previsto a existência de uma componente de assistência técnica à empresa por parte dos sócios, uma remuneração por serem sócios, sendo que em determinada altura tinha havido um período em que apenas o sócio privado recebia a assistência técnica. Tinha, em Conselho de Administração, manifestado a sua discordância relativamente àquela situação pois considerava que deveria haver assistência técnica para todos sendo que se constituía como uma forma de compensação pelo pagamento que a Câmara já efetuava quanto à faturação. Quando tinha chegado à Câmara esta devia cerca de dois milhões de euros à TaviraVerde. Presentemente a Câmara devia à TaviraVerde pouco mais de cem mil euros referentes à faturação do passado mês de maio. Com esforço municipal tinham injetado liquidez na TaviraVerde para que não existissem pressões que conduzissem a mais um aumento do tarifário por ter que recorrer à Banca para se financiar e custear as despesas correntes. Assim, a Câmara tinha alavancado com a verba que tinha em divida e passado a efetuar os pagamentos a trinta dias, de modo a que tivessem liquidez para os suprimentos não tendo que recorrer a financiamentos para a sua própria gestão.

----Acrescentou que considerava o resultado equilibrado que os satisfazia parcialmente de acordo com os seus critérios, pois tinha uma história com a empresa e as posições que tinha vindo a tomar mas, sendo Presidente da Câmara Municipal de Tavira tinha que defendê-la porque defendendo os interesses da TaviraVerde, que não restassem dúvidas, estava também a defender os interesses da Câmara já que o cenário do desequilíbrio ou da extinção da empresa, tinha consequências complicadíssimas, sendo que teriam que trabalhar com base no modelo que estava instituído e que seria para vinte e cinco ou trinta anos.

----Estavam a tentar melhorar a empresa e a sua eficiência fazendo, obviamente, repercutir a gestão do Executivo, contudo não podiam desequilibrar aquele modelo, sendo que a despesa tinha que baixar para poderem repercutir no tarifário. Pretendiam conseguir resultados operacionais baseados na diminuição da despesa corrente e, se os juros ajudassem, que a empresa pudesse ter as suas contas liquidadas.

----Relativamente à questão dos mínimos, o Presidente da Câmara referiu que quando tinha sido decidido construir a ETAR no Almargem, Cabanas, ainda ele não era Presidente de Câmara, era tudo programado em alta, pelo que se tinha construído uma grande ETAR por os níveis de projeção do imobiliário, do desenvolvimento, serem grandes. O consumo dos mínimos já tinha cessado por contrato pois estavam contratados por oito ou dez anos, tendo cessado no ano transato, mas encontravam-se em divida, pois ao ter sido construída uma ETAR maior, tinham incorporado nas cláusulas contratuais uma obrigação por parte da Câmara para o pagamento de caudais mínimos de saneamento, justificando assim o investimento. Todas as Câmara a nível nacional tinham aceite aquela situação sendo que Tavira também o tinha feito. Não queria dizer que os caudais chegassem à ETAR porque se tinham verificado vários problemas como a salinização, sendo que as águas salgadas entravam na rede de saneamento, o esquema das pluviais que também entrava, sucedia, como presentemente, o problema das cheias que ao acontecerem a água também entrava no saneamento seguindo tudo para a ETAR, sendo que o contador não parava, pelo que, por aquela ordem de ideias estavam a ser enganados.

----Tinha-se verificado um conflito e, quando tinha iniciado funções, o conflito relativo aos mínimos que as Águas do Algarve estavam a cobrar, já existia, ascendendo presentemente a cerca de três milhões de euros, dois milhões e quinhentos mil acrescidos de juros, resultantes das ações judiciais que as Águas do Algarve tinham entreposto contra a TaviraVerde, sendo a restante verba divida de água, alguma vencida e outra não vencida. Tinham contestado os mínimos em Tribunal tendo que requerer para o Tribunal Arbitral porque tendo o processo estado no Tribunal Administrativo tinha sido devolvido, pelo que se encontrava algo embrulhado em termos jurídicos. Estavam a tentar resolver a questão por acordo, de modo a conseguirem acertar um valor, todavia as Águas do Algarve pretendiam fazer a Câmara cumprir integralmente o contratualizado. Veriam nos dias seguintes o que aconteceria mas, no momento, estava realmente preocupado com aquela questão dos mínimos e com o que tinha referido.

----Para concluir, mencionou que apesar de tudo e relativamente ao relatório em apreciação, gostava de referir que os relatórios das empresas municipais eram apresentados à Assembleia porque, quando era membro nunca os tinha recebido, embora o tivesse solicitado. Presentemente, e para cumprimento da lei, eram apresentados relatórios semestrais para que os membros fossem acompanhando as contas das empresas. Estavam preocupados com as contas porque nelas não existia

qualquer estratégia, podendo-se dizer muita coisa mas existiam riscos e, se verificassem o saldo de tesouraria, constatavam que existiam alguns riscos potenciais para a gestão do Município pelas questões muito complicadas para as quais não tinham solução. Tratava-se de uma questão complexa porque envolvia verbas muito elevadas e muita responsabilidade. _____

----O Presidente da Câmara terminou referindo que pensava ter respondido basicamente às questões e, se o Membro Antero Romeira pretendesse um esclarecimento mais técnico, ele podia solicitar ao Presidente da Assembleia a ata, onde seguramente as questões estariam registadas e elaborariam um documento com pergunta, resposta, que seria mais fácil._____

----O Presidente da Assembleia indagou sobre se havia mais alguma questão que, não se verificando, passou ao ponto número três da Ordem de Trabalhos sobre a apreciação do Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2013 da Municípia, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A._____

----O Presidente da Câmara referiu que, no corrente ano, iriam pagar à empresa o valor de nove mil e quatrocentos euros. Tratava-se de uma empresa sedeada em Oeiras criada na altura em que Isaltino Morais era o Presidente da Câmara e que tinha proporcionado a que algumas Câmaras fossem sócias. Em determinada altura a Câmara Municipal de Tavira tinha aceite ser sócia da empresa Municípia, SA cujo trabalho principal era a elaboração de cartografia e trabalhos relacionados. A Câmara de Tavira não tinha efetuado qualquer encomenda à empresa e desde há dois anos que pretendia vender a sua participação mas não tinha tido comprador. No ano transato tinha obtido um pequeno lucro mas, no corrente ano tinham que transferir nove mil e quatrocentos euros para uma empresa com a qual não tinham qualquer relação contratual desde que ele era Presidente de Câmara, pelo que tinham as ações em venda. _____

----O Presidente da Assembleia verificando não existirem intervenções passou ao ponto número quatro sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 87/2014/CM, referente à Atribuição de apoios às freguesias de Santa Luzia, Conceição e Cabanas de Tavira, no âmbito das festas tradicionais de verão. _____

----O Presidente da Câmara mencionou que apenas pretendia prestar um esclarecimento. Os valores a que se referia a proposta eram de catorze mil euros para Santa Luzia e quinze mil, duzentos e sessenta para a Conceição/Cabanas repartidos em doze mil euros para a FACARTE e três mil, duzentos e sessenta para a festa de Cabanas o que traduzia precisamente os mesmos valores do apoio do ano transato e constituíam o cumprimento do compromisso que ali tinha assumido, ainda antes da programação total, mas que já assegurava a manutenção das verbas._____

----O Membro Carlos Rodrigues referiu que apenas queria prestar um esclarecimento ao Vereador José Manuel Guerreiro que no dia anterior o tinha confrontado com uma situação algo complicada que o tinha incomodado bastante e o Vereador sabia-o. Assim, esperava que reconhecesse o erro, que tinha

sido enganado, talvez por pessoas mal-intencionadas como as que tinham dado a cópia do oficio ao Presidente da Câmara que nada tinha a ver com a conversa que ali tinham estado a ter pois o oficio tinha sido emitido em janeiro ou fevereiro passados quando, quem o tinha entregue devia ter dito que tinha sido após o recebimento dos vinte mil euros._____

----Pretendia que o Vereador José Manuel Guerreiro reconsiderasse sobre o que lhe tinha dito no dia anterior porque conhecendo-se há cinquenta anos, não há cinquenta dias, o Vereador sabia perfeitamente que ele não faria o que o tinha acusado, de dizer que a Câmara não tinha apoiado com qualquer verba a festa de Santa Luzia. Nunca o podia fazer até porque na Assembleia Municipal de vinte e sete de dezembro do ano transato o Presidente da Câmara, como tinha acabado de o afirmar, tinha assumido o compromisso perante a Assembleia de que iria apoiar a festa de Santa Luzia com os catorze mil euros. Era público e ele nunca poderia referir o contrário, portanto conhecendo-o o Vereador como o conhecia, sabia perfeitamente que nunca o faria, sendo que a Câmara apresentava naquele dia à Assembleia a proposta que iria ser apreciada e votada e que a partir daquela data, se assim o entendessem, as Juntas de Freguesia de Santa Luzia e Conceição/Cabanas teriam os apoios relativamente aos quais o Presidente da Câmara ali se tinha comprometido. _____

----Concluiu dizendo que gostaria muito que o Vereador se retratasse relativamente ao que lhe tinha dito no dia anterior que o tinha incomodado bastante._____

----Verificando não haver intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade._____

----Passou ao ponto número cinco da Ordem de Trabalhos relativo à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 89/2014/CM, referente à Composição do Conselho Local de Educação e designação de um representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho. Mencionou que aquele assunto já tinha sido apresentado na sessão anterior e que estava relacionado com a composição e eleição de um representante dos Presidentes de Junta para integrar aquele órgão. ____

----O Membro José Graça referiu que, em nome da bancada do PS, gostaria de propor e recomendar a votação daquela Assembleia no Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa._____

----O Presidente da Assembleia informou que ia ser distribuído um boletim de voto com o nome dos seis Presidentes de Junta e, como era evidente, iriam votar em quem entendessem. _____

----Referiu que, enquanto era efetuado o escrutínio, iriam avançar para o ponto número seis que também passava por uma votação, sendo que posteriormente anunciaria o resultado. O ponto número seis referia-se à Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 90/2014/CM, referente à Atribuição de Medalhas Municipais de Mérito e de Bons Serviços e Dedicação. _____

----Informou que a primeira parte daquela proposta não seria alvo de intervenção da Assembleia pois tratava-se da atribuição de medalhas municipais, por tempo de serviço, aos funcionários municipais.

Quanto ao número três da proposta, relacionava-se com a atribuição de medalhas, grau-prata e grau-cobre a doze cidadãos do Concelho, infelizmente, um deles a título póstumo, sendo propostos oito para grau-prata e quatro para grau-cobre. Acrescentou que, como habitualmente, tinha sido distribuído um boletim de voto com a lista dos doze nomes e o respetivo espaço para a votação, a favor, contra ou abstenção. _____

----Passou a palavra ao Membro Leonardo Martins. _____

----O Membro Leonardo Martins referiu que sendo ele um dos constantes da lista para votação e, tendo estado num dilema entre a ética e o dever, não pretendrndo deixar de exercer o seu dever de votar nos restantes nomes da lista, informava que, pelo menos, relativamente ao seu nome iria surgir um voto em branco que seria o seu. Iria votar, mas relativamente a si iria deixar em branco. _____

----A Membro Muriel Dias disse que relativamente às condecorações, pretendia sugerir, e lamentava o Presidente da Câmara se ter ausentado no momento, mas pedia que lhe transmitissem a possibilidade da criação de uma comissão das condecorações para que houvesse mais pessoas da sociedade de Tavira a participarem na escolha das pessoas a quem atribuir medalhas. Já existiam Municípios em que existiam comissões como a que propunham que eram constituídas pelo Presidente da Câmara, Presidentes da Concelhia do PS e PSD, dois representantes de cada bancada da Assembleia Municipal, um representante de Agrupamento de Escolas, um representante eleito por todas as Coletividades e um representante eleito das Juntas de Freguesia, a fim de se contituier um grupo de escolha mais alargado para a atribuição das medalhas. Aquela era a sugestão da bancada do MT – Movimento por Tavira. _____

----O Presidente da Assembleia agradeceu e referiu que ele próprio já tinha tido o cuidado de o mencionar também não com a precisão da composição, mas considerando que deveria existir uma comissão alargada, até porque eram apanhados de surpresa não possuindo muitos currículos por alguns apenas terem sido recebidos praticamente à hora daquela sessão, pelo que se tornava algo complicado. Portanto, esperava que para o ano seguinte pudesse haver uma participação mais alargada anterior à apresentação em Reunião de Câmara que, na verdade, tinha deliberado há cerca de onze dias. _____

----Continuou referindo que enquanto procediam à votação ia voltar ao ponto número cinco para anunciar o resultado da votação para a eleição de um representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Local de Educação._____

----A Membro Maria José Mestre não procedeu à votação por se encontrar ausente da sala._____

----Tinham votado vinte e seis membros tendo o Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa recebido vinte e três votos, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, Carlos Alberto Pires Rodrigues dois votos, e a Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo Maria Otília Martins Cardeira, um voto. _____

----Concluiu informando que, o Presidente da Junta de Freguesia eleito como representante no Conselho Local de Educação tinha sido o Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa. _____

----O Presidente da Assembleia mencionou que enquanto se procedia ao escrutínio da votação relativa ao ponto número seis que era algo mais complicada, passavam ao ponto número sete da Ordem de Trabalhos sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 99/2014/CM, referente à Aquisição de energia elétrica em regime de mercado liberalizado para as instalações elétricas municipais com contratos de energia em Baixa Tensão Normal (BTN) e Baixa Tensão Normal de Iluminação Pública (BTN-IP) - Aprovação de abertura de procedimento e despesas plurianuais. ____

----Tratava-se da abertura de procedimento, despesas plurianuais e prestação de encargos. _____

----A Vereadora Ana Paula Martins esclareceu que a Assembleia tinha que deliberar sobre a repartição de encargos, a assunção dos compromissos plurianuais para os vários anos relativa ao concurso de energia. _____

----O Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação que foi aprovada por unanimidade. ____

----A Membro Maria José Mestre não votou por se encontrar ausente da sala. _____

----O Presidente da Assembleia passou ao ponto número oito e último da Ordem de Trabalhos sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 100/2014/CM, referente à 7-Emp/14 - Obras de Conservação da Ermida de São Roque - Assunção de compromisso plurianual. _____

----A proposta referia-se a um concurso que já ali tinha sido falado na informação do Presidente da Câmara, para a empreitada de conservação da Ermida de São Roque que também estava sujeita a repartição de encargos para dois anos, dois mil e catorze e dois mil e quinze, o tempo previsto para a intervenção. _____

----O Membro José Graça disse que, relativamente àquele procedimento, gostava de tecer alguns comentários e deixar uma nota de apreço pelo trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal ao longo dos últimos anos na recuperação e valorização do património religioso edificado de Tavira. _____

----Como era do conhecimento geral, Tavira possuía um número significativo de edifícios religiosos sendo a sua maioria pertença das Fábricas da Igreja da Comunidade de Tavira, mas também pertencentes a Ordens Religiosas e, alguns deles, ao Município. De facto, na sua apresentação inicial, o Presidente da Câmara já tinha apresentado o estado dos trabalhos na Igreja São Pedro Gonçalves Telmo, mais conhecida por Igreja da Senhora das Ondas, mas aquele processo da Igreja de São Roque constituía-se como o corolário das intervenções que vinham a ser executadas, como na Igreja de São Sebastião, Ermida de Santa Ana e noutros templos da cidade. _____

----Paralelamente, a Câmara tinha desenvolvido conjuntamente com a Academia de Música de Tavira, o Programa Música nas Igrejas que levava milhares de pessoas, todos os anos, às Igrejas de Tavira, a fim de usufruírem do progresso dos alunos da Academia, mas também de outros artistas e professores

convidados e que, nos últimos anos, tinha atingido o seu expoente máximo com sessões dedicadas ao fado. _____

----Continuou dizendo que gostava de realçar a iniciativa desenvolvida pela Câmara Municipal nos últimos quatro anos, que através dos programas de ocupação de jovens tinha promovido a abertura das igrejas durante o verão, permitindo que os turistas as pudessem visitar e contemplar todo o património do seu interior. _____

----Pretendia também destacar, a parceria que tinha sido possível desenvolver com o Estado no desenvolvimento de algumas Igrejas que eram sua propriedade, nomeadamente a Igreja do Convento da Graça que tinha voltado a abrir ao público depois de inúmeros anos de sucessiva degradação e abandono podendo, presentemente, ser usufruída não apenas pelos clientes da rede de Pousadas de Portugal mas também por todos os tavirenses. _____

----Para terminar, salientou o trabalho desenvolvido com uma entidade privada que também tinha permitido a devolução e fruição pública da antiga Igreja do Convento das Bernardas onde, no último mês tinha aberto uma unidade de restauração que fazia questão de ter a Dieta Mediterrânica como cartaz. _____

----Pensava que todo o trabalho que tinha sido desenvolvido devia de ser continuado, relativamente ao qual não podiam deixar de dar relevo e apelar à aprovação daquela proposta da Câmara Municipal de Tavira. _____

----O Membro João Carvalho disse que gostava de congratular o Presidente da Câmara por, na continuidade do trabalho desenvolvido pelo anterior Presidente da Câmara, Macário Correia, estar de alguma forma a contrariar os anos negros, e não estava a faltar ao respeito a nenhum antigo Presidente da Câmara, de Fialho Anastácio em que, por exemplo, aquela Ermida tinha sido transformada num armazém e se tinha verificado um conjunto de delapidações do património tavirense. Parabenizava o Executivo por considerar que estavam no bom caminho limpando um pouco a imagem do que tinha sido o PS em Tavira nos anos oitenta e noventa. _____

----O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais questões colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

----A Membro Maria José Mestre encontrava-se ausente da sala. _____

----O Presidente da Assembleia informou o resultado da votação para a atribuição das medalhas. ____

----Referiu que os membros votantes tinham sido vinte e seis. _____

----A atribuição da medalha de grau-prata a título póstumo a António Luís Fernandes Baptista foi aprovada por unanimidade. _____

----Informou que na votação não se tinha verificado qualquer voto contra, tendo o resultado apurado sido o seguinte: _____

----Alberto Santos Pereira Rocha – vinte e dois votos a favor, três abstenções e um voto em branco; ____

----Carlos Manuel Livramento Baptista – vinte e três votos a favor, duas abstenções e um voto em branco; _____

----Joaquim Conceição Messias dos Santos – vinte votos a favor, cinco abstenções e um voto em branco; _____

----José Vitorino Rodrigues Pereira – vinte e um votos a favor, quatro abstenções e um voto em branco.

----Juvenal Sabino Martins Brito – vinte e dois votos a favor, três abstenções e um voto em branco; ___

----Leonardo António Gonçalves Martins – vinte e dois votos a favor, duas abstenções e dois votos em branco; _____

----Centro Paroquial de cachopo – vinte e cinco votos a favor e um voto em branco; _____

----Relativamente à atribuição de medalhas grau-cobre tinha-se apurado o seguinte resultado: _____

----Alice Martins Moita Baião – vinte e um votos a favor e cinco abstenções; _____

----Francisco André Gonçalves – vinte e um votos a favor, quatro abstenções e um voto em branco;___

----Noélia Fernandes Jerónimo – vinte e dois votos a favor, três abstenções e um voto em branco; ____

----Raminhos dos Santos Bispo – vinte e quatro votos a favor e duas abstenções. _____

----O Presidente da Assembleia afirmou que aquele tinha sido o resultado da votação para a atribuição das medalhas para o que estavam todos convidados a estar presentes, naquele mesmo local, na cerimónia a realizar no dia vinte e quatro seguinte, Dia da Cidade. _____

----Antes de passar a palavra ao público ia proceder à leitura das minutas que colocava à votação em conjunto. _____

----As minutas foram aprovadas por unanimidade. _____

----Passando a palavra ao público referiu que apenas tinha a inscrição do Munícipe João Rocha e Silva a quem passava a palavra. _____

----O Munícipe João Rocha e Silva mencionou que estava ali na qualidade de representante da Juventude Monárquica de Tavira e que gostava de colocar algumas questões ao Presidente da Câmara.

----Assim, questionava sobre qual era o passivo e divida presente da Câmara Municipal de Tavira. ____

----Pretendia também saber para quando estariam terminadas as intervenções na estrada entre Santo Estevão e Sinagoga. _____

----Por fim, pedia esclarecimento sobre o objetivo da urbanização junto à entrada, no sentido de Tavira para Santo Estevão, uma vez que assistiam ao facto de muitas das urbanizações construídas em Tavira estarem ao abandono. _____

----O Presidente da Câmara agradeceu e esclareceu que relativamente ao passivo e divida, os últimos dados disponíveis eram os que tinham sido aprovados por aquela Assembleia Municipal no passado mês de abril, que se referiam ao ano de dois mil e treze e estavam disponíveis na *internet* em *www.cm-tavira.pt*, cujo valor entre longo, médio, curto prazo e compromissos assumidos com a

Sociedade Polis, rondava os dezoito milhões de euros. Para verificar as contas com mais precisão bastava aceder ao documento que estava disponível.

----Relativamente à pavimentação da Sinagoga tratava-se de uma intervenção que estava a ser executada pela TaviraVerde que estava a colocar saneamento na Sinagoga, Bernardinheiro e em mais dois ou três pontos. Era um trabalho para continuar e resultava de um conjunto de investimentos efetuados pela TaviraVerde cuja intervenção há muito que era pedida pela população daquela zona que não tinha saneamento. Tratava-se de um empreiteiro conceituado que estava a enfrentar algumas dificuldades sendo que a obra estava atrasada. Já tinham solicitado para que arranjasse a estrada, ou pelo menos, para que a colocasse transitável pois acumulava muito pó e não estava em condições. Já tinham sido dadas indicações para que a TaviraVerde falasse com o empreiteiro para a resolução do problema, sendo que a pavimentação já se tinha iniciada no dia anterior. Tinham começado a pavimentar parcialmente já que a estrada se encontrava intransitável mas a obra não abrangia toda a estrada, apenas a parte dos roços para a colocação do saneamento a uma cota profunda. Pensava que a médio prazo as pessoas iriam ficar melhor servidas, contudo compreendia que estava a ser um grande transtorno, sobretudo no inverno, até porque lá tinha passado várias vezes.

----Quanto à urbanização da estrada de Santo Estevão era um direito que as pessoas tinham ao adquirem os terreno inseridos, na altura, no Plano de Urbanização do Perogil. Fazia parte do Plano cujo lado oposto estava a ser revisto, porque, como sabia, o atual Executivo tinha recebido um Plano de Urbanização com cerca de trinta proprietários que tinham adquirido terrenos numa forma de gestão do território de uma periculação da primeira geração. Presentemente, a parte do outro lado da estrada, do Fojo, do Álamo, estava em revisão. Naquele espaço, o dono da obra que era de Tavira, da Luz de Tavira, tinha comprado um terreno e estava a urbanizá-lo nos termos normais, legais, numa operação de loteamento normal que já era para estar concluída mas que, devido à crise económica por que tinham atravessado, tinha resolvido parar a parte do imobiliário que, presentemente, tinha decidido retomar com as operações de loteamento. A urbanização tinha um plano com um conjunto de vivendas em banda cujo número tinham reduzido bastante e que esperava conseguissem vender porque a política da Câmara era que se vendessem cada vez mais as casas existentes pois resultavam em seis vírgula cinco por cento de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, até aos anos de dois mil e dezassete ou dezoito.

----O Presidente da Câmara terminou referindo que uma construção nova dependia do risco dos promotores que naquele caso concreto, a Câmara não podia impedir pois existiam direitos constituídos para os proprietários que adquiriam os terrenos, para onde existia um plano concreto que tinham que seguir. Também não pretendia ver urbanizações fantasma nas existia um risco que o empresário estava resolvido a correr e que ele esperava que fosse bem-sucedido a vender o que lá construísse.

----Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia, reiterou o convite para estarem presentes nas comemorações do Dia da Cidade, agradeceu e deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quarenta minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. __

A MESA DA ASSEMBLEIA,

José Otílio Pires Baia

Sílvia Alexandra Sanches Soares

Maria Helena Correia Bartolomeu Silva

Doc. nº 1

PARTIDO SOCIALISTA - Seção Concelhia de Tavira

Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

MOÇÃO

PREVENÇÃO E COMBATE AOS FOGOS FLORESTAIS

A problemática dos fogos florestais tem afetado sistematicamente o ambiente natural e a economia do concelho de Tavira, prejudicando o seu desenvolvimento sustentável e potenciando os fatores que provocam a desertificação física e humana do nosso território, com particular incidência nas zonas do interior serrano.

Na sequência do grande incêndio de Catraia - Cachopo, em 2012, uma petição apresentada por cidadãos originou a discussão desta problemática na Assembleia da República e esteve na origem da Resolução n.º 7/2013 que recomendou ao Governo a adoção de um conjunto de medidas que permitisse a rápida estabilização da área ardida nos concelhos de São Brás de Alportel e Tavira, publicada em Diário da República no dia 31 de janeiro de 2013.

Perante a gravidade e a persistência desta temática, a Assembleia da República criou um grupo de trabalho para o acompanhamento da problemática dos incêndios florestais, por despacho da Senhora Presidente em 15 de novembro do mesmo ano, com o objetivo de apresentar um conjunto de linhas concretas de atuação, que consubstanciem diretivas para o Legislador e para a Administração.

Para a prossecução dos seus objetivos o Grupo de Trabalho levou a efeito um conjunto de audições na Assembleia da República e nas regiões afetadas, nomeadamente no Algarve, com entidades e personalidades com larga experiência e profundos conhecimentos sobre esta matéria, promoveu visitas a zonas afetadas por incêndios florestais e questionou um número considerável de instituições com intervenção neste domínio e recolheu um acervo relevante de documentação sobre a matéria.

Em reunião de 30 de Abril de 2014, o Grupo de Trabalho aprovou, por unanimidade, o Relatório, tendo também deliberado apresentar as Recomendações nela contidas, ao Plenário

da Assembleia da República sob a forma de Projeto de Resolução, já debatido, aprovado e publicado no Diário da República sob o n.º 51/2014, no início do corrente mês.

Nessa Resolução da Assembleia da República, aprovada por unanimidade, são concretizadas um conjunto significativo de recomendações gerais, legislativas e operacionais que abrangem os domínios do desenvolvimento de políticas de prevenção e combate aos incêndios florestais, sistema nacional de defesa da floresta contra os incêndios florestais (prevenção e combate) e sistema de proteção civil.

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 19 de junho de 2014, delibera:

1. Manifestar o seu reconhecimento pelo empenho do grupo de trabalho para o acompanhamento da problemática dos incêndios florestais, nomeadamente pela dinamização dos processos de participação pública junto das entidades com intervenção neste domínio, e pelo carácter completo e transversal das recomendações apresentadas;

2. Solicitar ao Ministério da Agricultura e do Mar informação atualizada sobre as iniciativas desenvolvidas desde 2012 no concelho de Tavira, na sequência da Resolução da Assembleia da República n.º 7/2013 de 31 de janeiro, nomeadamente em matéria de recuperação das áreas ardidas;

3. Reforçar junto do Governo as recomendações relativas a um esforço crescente no capítulo da prevenção, em estreita articulação com as autarquias, organizações florestais e comunidades locais, valorizando os recursos naturais e melhorando as condições para a fixação de empresas e criação de emprego.

4. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta às seguintes entidades e instituições: Presidente da República, Presidente e Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Administração Interna, Ministra da Agricultura e do Mar, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Presidente do Conselho Executivo e Primeiro-Secretário da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, Presidentes das Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve, Federação de Bombeiros do Algarve e organizações de produtores florestais com atividade no concelho de Tavira; e,

5. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais.

Aprovado, por .... e em Minuta.